

## - VI -

# A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA DIRETORES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO FRENTE AOS DESAFIOS PROPOSTOS PELA POLÍTICA DE RESPONSABILIZAÇÃO EDUCACIONAL.

**Danilo José dos Santos**

Mestrando do PPGE - UPE (PPGE da UFPE), Brasil  
[danilosantos.pe@hotmail.com](mailto:danilosantos.pe@hotmail.com)

### Introdução

O processo educacional não pode ser vista como algo estático, mas deve ser entendida como um processo dinâmico, que deve ter sua rotina intimamente ligada ao meio social onde está inserida. Como afirma Freire, *“a organicidade do processo educativo implica a sua integração com as condições do tempo e espaço a que se aplica, para que possa alterar ou mudar essas mesmas condições. Sem esta integração, o processo se faz inorgânico, superposto e inoperante.”* (FREIRE, 2003, pág.11)

A qualidade na educação é outro tema que é muito discutido, desde legislações educacionais até as extensas bibliografias sobre educação. São discutidas as formas de promoção de uma educação com qualidade social. Neste sentido, a oferta de uma educação de qualidade social, *“ termo que abarca uma gama variada de fatores educacionais, políticos e sociais amplos, em conjugação, que a tornam uma questão multifacetada e em contínuo processo de construção”* (PERNAMBUCO. lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015), configura como uma necessidade urgente, vinda das questões sociais emergentes.

Nesta perspectiva, o diretor escolar vivencia uma realidade dinâmica, exigente e ao mesmo tempo complexa, pois, segundo Janete Azevedo, sua ação engloba as *“novas demandas de formação e de conhecimento requeridas pelas mudanças sociais em curso, sem sequer termos assegurados o direito à escolarização fundamental de qualidade para a maioria da população, o que exemplifica tanto a permanência como o agravamento dos níveis de desigualdade social historicamente imperante entre nós”* (AZEVEDO, 2001, pág.9). Demerval Saviane defende veementemente essa vinculação da educação com a sociedade. Através da análise da marginalização da educação para um grande número de jovens na América Latina, o autor publica que a resolução desta problemática está além da compreensão das teorias tradicionais ou vanguardistas da educação. Neste sentido, cabe a escola *“(...) detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar”* (SAVLANI, 2003, pág.57.)

É nesse contexto social e historicamente construído que as escolas públicas são administradas. A introdução do modelo gerencial na educação traz como consequência direta a necessidade da adoção de

mecanismos de formação em serviço para o diretor escolar, na rede pública de educação de Pernambuco. As duas edições do PROGEPE<sup>1</sup> ( Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco), nos anos de 2012 e 2017 são exemplos dessas formações, visto que, segundo o decreto de criação, “ *a complexidade dos processos educativos exige do diretor escolar conhecimentos e competências específicas, particularmente na condução das ações educativas no âmbito da escola, visando adequá-las às mudanças e avanços do século XXI no que se refere ao cumprimento dos objetivos educacionais necessários ao desenvolvimento humano e social de cada indivíduo.*” (PERNAMBUCO, Decreto N° 38.103, de 25 de Abril de 2012.)

## Desenvolvimento

Na perspectiva de ser a impulsora de uma “*busca da formação do sujeito histórico com identidade madura, qualificado socialmente e participativo politicamente*”, (BRASIL. Ministério de Educação e Cultura, 1996. Pág. 48) a educação tem um significado amplo, pautado na garantia da formação do sujeito enquanto ser pró – ativo, portador de deveres e de uma cidadania ativa que lhe configura a compreensão crítica da realidade e lhe impulsiona a participação nas esferas de decisões políticas – administrativas na qual está inserido. Nesta teia, a gestão da educação surge como um campo de pesquisa que congrega elementos fundamentais para a compreensão dessa dinâmica, onde as políticas públicas voltadas a educação são compreendidas como o que se pensa e executa, a nível governamental, na esfera da educação, em um determinado território. Janete Azevedo defende que não se pode negar o caráter intrinsecamente social das políticas públicas, denominando as de “*educação como uma política social de natureza pública.*” (AZEVEDO, 2001, pág.3). Neste sentido, as políticas públicas são definidas, desativadas ou mesmo implementadas a partir das representações sociais que cada grupo social desenvolve sobre si mesmo.

Entender o funcionamento dos cursos de aperfeiçoamento e demais formações oferecidas aos diretores escolares da rede estadual de educação configura – se como uma tarefa desafiadora e indispensável para a compreensão do modelo educacional pensado para a educação de determinado Estado, enquanto política pública. Nesta perspectiva, compreende-se o perfil do diretor (a) escolar que se pretende para o exercício da direção escolar.

Esse “desenho” teórico está cheio de significados ideológicos que, após mapeados e estudados, permitem compreender a intencionalidade desses cursos e formações. Sendo um educador por formação, visto que, na realidade de Pernambuco, é condição primordial que o(a) diretor(a) escolar seja professor(a) por cargo, o(a) mesmo se depara com uma gama enorme de atividades, no cotidiano de trabalho, que exigem o domínio de métodos e ferramentas que não fizeram parte da sua formação acadêmica. Neste

---

<sup>1</sup> A primeira versão foi realizada na modalidade semi presencial, em pólos distribuídos por todo o Estado, no ano de 2012. A segunda versão foi realizada totalmente em modalidade Ead.

contexto, os cursos de aperfeiçoamento surgem para “completar” essa lacuna no q referente ao desenvolvimento dessas habilidades inerentes ao exercício da função de diretor(a) escolar.

Segundo Arruda e Nóbrega, após a implantação, pelo governo do Estado, em 2005, a partir da realidade do contrato de gestão, o gerencialismo ganha força, entendido como “a introdução de técnicas e práticas das organizações privadas no âmbito da administração pública, a fim de atingir objetivos preestabelecidos com mais eficiência, economia e eficácia.” ( MACHADO e CARVALHO, 2013, pág.111) A partir de então, segundo as autoras, esse modelo vem se aperfeiçoando, através de mecanismos como: estabelecimento de índices de eficiência, controle de desempenho, avaliações em larga escala, estabelecimento de rankings entre escolas.

Outro fator que merece destaque, neste contexto, é a atuação da Secretaria Estadual de Educação no empoderamento e descentralização para as GREs ( Gerências Regionais de Educação) a formação dos diretores escolares, bem como seu acompanhamento. Neste sentido, é necessário a discussão sobre a elaboração desses planos formativos e seus impactos na atuação do(a) diretor(a) escolar.

Neste contexto, a avaliação externa ganha destaque, pois “ *é concebida como um processo amplo, que envolve escolhas técnicas, políticas e ideológicas, é um importante instrumento para o acompanhamento de alunos e escolas e a tomada de decisões.*” (ALAVARSE, BRAVO e MACHADO, 2013, pág.12). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE), configura a importância das avaliações externas para o traçar das políticas públicas estaduais voltadas à educação, “*pois ‘permite a melhor identificação de evolução e potencializa a tomada de decisões para o direcionamento da trajetória desejada.’*”<sup>2</sup> Além de ser uma preparação às avaliações externas nacionais, de onde vem o IDEB.<sup>3</sup>

O desenvolvimento desta forma de gestão voltada à educação conta com uma série de ações contínuas e articuladas que envolvem a execução simultânea de um conjunto de atividades nas dimensões de infraestrutura, da gestão escolar, do currículo, do fortalecimento do ensino médio, do monitoramento dos dados educacionais, da avaliação da aprendizagem e da colaboração entre estado e municípios. A política de responsabilização educacional também aponta, sob o ponto de vista do executivo estadual, como um importante avanço na promoção da educação com qualidade social, voltada ao atendimento das demandas sociais locais, produzindo os avanços educacionais no Estado.

Objetivando a produção de dados e informações educacionais, o Pacto pela Educação, “*política voltada para a qualidade da educação, para todos e com equidade, com foco na melhoria do ensino, das aprendizagens dos estudantes e dos ambientes pedagógicos*”<sup>4</sup> proporciona uma rotina de acompanhamento mensal de metas e plano estabelecidos, através de uma dinâmica de monitoramento com a utilização de painel de avaliação de resultados.

---

<sup>2</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão – Documento do Pacto pela Educação, 2014.

<sup>3</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

<sup>4</sup> PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento e Gestão – Documento do Pacto pela Educação, 2014.

Neste sentido, a problemática da formação complementar para o desempenho da função de diretor(a) escolar ganha uma dimensão central para a compreensão da implementação e aperfeiçoamento das práticas em gestão escolar que se imprime nas escolas públicas. Somado a isso, a obrigatoriedade da participação e certificação no curso de aperfeiçoamento para o professor(a) que deseja exercer a função de diretor(a) enfatiza a intencionalidade específica da oferta desses cursos.

### Conclusões

Longe de se constituir como um ponto conclusivo sobre a temática apresentada, é esperado o enriquecimento sobre a discussão da formação de diretores (as) escolares, visto a importância e especificidade do tema, assim como a construção de uma reflexão crítica e criteriosa sobre o entendimento e a aplicabilidade da política de responsabilização educacional, realidade mais veemente em Pernambuco após a implantação do programa de modernização da gestão pública.

As perspectivas formativas dos cursos de aperfeiçoamento em gestão escolar nas últimas versões em que foram ofertados pela secretaria de educação do Estado de Pernambuco, analisando desde o seu formato até a aplicabilidade dos conceitos trabalhados no mesmo no cotidiano do(a) diretor(a) escolar nos levam a consideração da aplicabilidade do gerencialismo nas gestões escolares. Nesse sentido, a formação permanente dos gestores escolares públicos para o alcance da efetiva qualidade da gestão e a conseqüente a melhoria da educação deve ser analisada, discutida, posta no centro do debate sobre políticas públicas educacionais, no que tange a gestão escolar.

### Bibliografia

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação**, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 36ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 2003.

MACHADO, Laêda Bezerra e CARVALHO, Liliane Maria Teixeira Lima de. **Gestão e Política educacional: abordagens em diferentes contextos**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2013.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação. **Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento**. Módulo II – Gestão com foco em valores, cultura de paz e sustentabilidade. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012. Pág.9

PERNAMBUCO, Decreto Nº 38.103, de 25 de Abril de 2012